



Revista Ciências Sociais em Perspectiva – v. 23, n. 44 – 1º Sem. 2024

O papel da informação contábil para a gestão das micro e pequenas empresas do setor de serviços

CARLYLE TADEU FALCÃO DE OLIVEIRA, TÂNIA MARIA DE OLIVEIRA ALMEIDA
GOUVEIA e BÉNÉDICTE OLOUDE¹

Resumo: As Micro e Pequenas Empresas (MPEs) representam uma grande parte da força motora da economia brasileira. Todavia, estas empresas enfrentam dificuldades na gestão e, por esse motivo, para tomar melhores decisões em prol de seus negócios, os gestores necessitam de informações úteis e relevantes para lhes servir de apoio. Neste sentido, a contabilidade mostra-se como um recurso importante, dado que se trata, sobretudo, de um sistema de informação que disponibiliza informações necessárias ao gerenciamento de negócios. Este estudo tem por objetivo analisar, na visão do micro e pequeno empresário do setor de serviços, o papel da informação contábil na gestão do seu negócio. Foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo exploratório, tendo a entrevista individual em profundidade como estratégia de coleta de dados e a análise de conteúdo para o seu tratamento. Os resultados mostram que o papel da informação contábil na gestão de MPEs é o de proporcionar informes em relação aos recebimentos e gastos incorridos na empresa ao longo do ano. No tocante à importância atribuída a essas informações, os gestores enxergam a contabilidade como uma estrutura exclusivamente responsável pelo cálculo dos tributos, assimilação da legislação fiscal brasileira e pelo fornecimento de documentos para processos legais.

Palavras-chave: Gestão de Micro e Pequenas Empresas (MPEs); Informação Contábil.

The role of accounting information for the management of micro and small companies in the service sector

Abstract: Micro and Small Enterprises (MSEs) represent a large part of the driving force of the Brazilian economy. However, these companies face difficulties of management so for this reason, in order to make better decisions in favor of their businesses, managers need useful and relevant information to support them. In this sense, accounting proves to be an important resource given

¹ Carlyle Tadeu Falcão de Oliveira é professor da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAF/UERF). Tânia Maria de Oliveira Almeida Gouveia é professora da Faculdade de Administração e Finanças da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (FAF/UERF). Bénédicte Oloude é mestre em Ciências Contábeis pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).

Endereço: carlyle.falcao@gmail.com

that it is, above all, an information system that provides necessary information for business management. This study aims to analyze, from the point of view of micro and small entrepreneurs in the service sector, the role of accounting information for those entrepreneurs manage their business. A qualitative exploratory research was carried out, with individual in-depth interviews as a data collection strategy and content analysis for its treatment. The results show that the role of accounting information in the management of MSEs is to provide information regarding receipts and expenses incurred in the company throughout the year. Regarding the importance attributed to this information, managers see accounting as a structure exclusively responsible for calculating taxes, assimilating Brazilian tax legislation and providing documents for legal processes.

Keywords: Management of Micro and Small Enterprises (MSEs); Accounting Information.

Recebido em: 02/08/2023 – **Aprovação:** 08/03/2024

1 INTRODUÇÃO

As Micros e Pequenas Empresas (MPEs) são responsáveis pelo processo de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos e emergentes. Segundo Maksimov et al. (2016), elas constituem os principais canais de emprego. No Brasil, as MPEs constituem aproximadamente 98,5% do total de empresas privadas e são responsáveis por 27% do Produto Interno Bruto (PIB), além de proporcionar 54% dos empregos formais que existem, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE, 2018).

Não obstante à sua importância e papel na economia, o maior desafio das MPEs consiste em sua sobrevivência no mercado. Neste aspecto, Cezarino e Campomar (2006) constatam que as MPEs possuem traços preponderantes de gestão informal (por exemplo, fusão do patrimônio pessoal com o empresarial), baixa qualidade gerencial e escassez de recursos, o que compromete a formulação de estratégias e avaliação de sua saúde financeira.

Cabe levantar, nesse sentido, a discussão sobre o papel da contabilidade na gestão das MPEs. Encontra-se na literatura a ideia de que o objetivo da contabilidade de prover informações úteis a partir de dados gerados para o processo decisório dos seus usuários não é cumprido nas MPEs, já que a contabilidade nestas empresas se torna praticamente um mero instrumento para atender as exigências fiscais. (Moreira et al., 2013; Stroehrer; Freitas, 2008). Assim, no longo prazo, as decisões baseadas no feeling do pequeno empresário e não nas informações contábeis podem fazer com que a empresa venha a ser mais um caso nas estatísticas de mortalidade das MPEs.

Neste cenário, emerge a seguinte questão de pesquisa: qual a visão do micro e pequeno empresário do setor de serviços sobre o papel da informação contábil para a gestão do seu negócio? Desse modo, o objetivo principal desta pesquisa consiste em analisar, na visão do micro e pequeno empresário do setor de serviços, o papel da informação contábil na gestão do seu negócio.

A escolha do setor de serviços se dá pela importância que este tem na economia brasileira. Conforme dados disponibilizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o setor responde por uma parte significativa do Valor Adicionado do PIB. No terceiro trimestre de 2019, por exemplo, o setor de serviços apresentou uma participação líquida de 58,85% no Valor Adicionado do PIB brasileiro (IBGE, 2019). Além disso, este setor constitui uma das principais fontes de geração de emprego para a economia. Segundo Sebrae e DIEESE (2018), somente o setor de serviços gerou cerca de 40% dos empregos no Brasil.

Assim, considera-se este estudo de relevância social e gerencial já que poderá proporcionar uma melhor percepção dos pequenos e microempresários em relação às técnicas de contabilidade para gestão dos seus negócios.

Observando a base de dados Web of Science, quando se insere as palavras de busca “contabilidade” (accounting), “pequenas e microempresas” (small and micro business), “gestão” (management), surgem 110 artigos, considerando as áreas ou de gestão, ou de negócios ou de finanças em negócios. Após o refinamento da pesquisa com a aplicação na busca com as palavras “Brazil” chega-se a apenas 10 (seis) artigos publicados, dos quais apenas dois abordam diretamente o tema de informação contábil para pequenos e micro negócios. Desse modo, constata-se que há uma lacuna acadêmica para o desenvolvimento deste estudo.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Micro e pequenas empresas (MPEs): potencialidades e restrições

Não há uma definição unânime das micro e pequenas empresas (MPEs) que demarque os limites do seu conceito internacionalmente (Guimarães et al., 2018). Apesar disso, existem no Brasil alguns critérios para que uma empresa seja considerada uma microempresa ou empresa de pequeno porte. Segundo a Lei Complementar nº 123 (Brasil, 2006), a microempresa refere-se à firma que fatura uma receita bruta igual ou inferior a R\$ 360 mil e a empresa de pequeno porte trata-se de uma organização que fatura uma receita bruta superior a R\$ 360 mil e igual ou inferior a R\$ 4,8 milhões anuais. Para o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), a microempresa trata-se de um negócio que tem até 9 colaboradores nos setores de comércio e serviços e 19 colaboradores no setor industrial, enquanto a empresa de pequeno porte refere-se ao empreendimento que tem de 10 a 49 colaboradores nos setores de comércio e serviços e de 20 a 99 colaboradores no setor industrial (SEBRAE, 2014).

Em economias em desenvolvimento, as MPEs participam substancialmente para a criação de empregos, atuando como uma máquina de crescimento (Ayyagari; Dermiguc-Kunt; Maksimovic, 2011). Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2003, p. 15), elas vêm cumprindo um papel importante na sociedade e na economia brasileira: o de

“colchão amortecedor de desemprego”. De acordo com Wang (2016), as MPEs, junto com as médias empresas, compõem os agentes ocasionadores do crescimento e desenvolvimento econômico, além da geração de emprego nas economias. Estas empresas representam, para milhões de pessoas, uma janela de oportunidade, correspondendo tanto a um meio de auferir rendimentos para aqueles que têm os meios de abrir um negócio próprio quanto a um meio de obter renda formal ou informalmente para os que estão desempregadas. (Everton Junior, 2017; IBGE, 2003).

Embora as MPEs contribuam significativamente para a economia, elas continuam enfrentando várias dificuldades no mercado que acabam por desacelerar e distanciá-las do seu crescimento. (Engida et al., 2017; Everton Junior, 2017). A dificuldade de acesso ao financiamento e ao crédito é dos obstáculos dominantes, senão o maior, para a expansão das MPEs, especialmente para aquelas que apresentam um alto crescimento, dado que precisam de mais capital do que as empresas com um progresso lento. (Engida et al., 2017; Mansour et al., 2018; Wang, 2016). Esse empecilho inclui dificuldades como altas taxas de juros de financiamento e/ou crédito, procedimentos complexos de aplicação, falta de experiência em lidar com os bancos, falta de registros financeiros regulares e documentos necessários para defrontar com o sistema bancário e altos requisitos de garantia. (Mansour et al., 2018; Wang, 2016).

O segundo principal obstáculo refere-se à concorrência, que pode ser desigual e imposta pela vantagem competitiva das grandes empresas, o que fragiliza as MPEs (Everton Junior, 2017). Segundo Oliveira et al. (2016), a concorrência também pode ser desleal, o que acontece entre empresas formais e informais e que dificulta o funcionamento da empresa. Por fim, o terceiro principal desafio diz respeito aos altos impostos que são pagos pelas MPEs. Na visão dos gestores das MPEs, a carga tributária afeta as atividades de suas empresas e diminuem substancialmente suas chances de sobrevivência, especialmente nos primeiros três anos de vida (Bohn et al., 2018).

2.1 A informação contábil nas MPEs

Segundo Kos et al. (2014), todas as organizações, independentemente dos objetivos organizacionais, precisam de um processo da tomada de decisão eficiente que tem que ser amparado de informações de forma que os gestores, com certa convicção, possam chegar às melhores decisões que irão possibilitar os melhores resultados.

A contabilidade trata-se, então, de uma ferramenta relevante para as MPEs, dado que pode nortear a tomada de decisão e, quanto mais o uso das ferramentas contábeis na gestão, mais forte e competitiva a empresa se torna (Brandão; Oliveira; Gonçalves, 2019). Por outro lado, não fazer uso de informações contábeis pode prejudicar a gestão das MPEs e levar à redução de sua capacidade produtiva (Oliveira, 2016). Segundo Oleiro, Dameda e Victor (2007, p. 46), “a não utilização da contabilidade na gestão dos negócios por micro e pequenos empresários contrapõem-

se aos objetivos promovidos por um sistema contábil formal, que prevê suprir a administração com informações tempestivas para a manutenção de suas atividades”.

Similarmente Moreira et al. (2013) observam que a maioria dos gestores consideram contabilidade útil apenas na esfera fiscal da empresa, pois não recebem os relatórios contábeis que possam auxiliá-los de fato no processo de gestão. Santos et al. (2018) também apontam que os escritórios de serviços contábeis não fornecem as ferramentas da contabilidade gerencial às MPEs, a não ser o planejamento tributário, e proporcionam algumas das demonstrações contábeis como a demonstração do resultado do exercício, o balancete de verificação e o balanço patrimonial. Neste sentido, Alves e Goularte (2017) relatam que a escrituração contábil das MPEs se distanciou da finalidade real da ciência contábil, pois os deveres de caráter tributário, fiscal e legal tornaram-se as atividades principais na prestação do serviço.

Sob outra perspectiva, Alves e Goularte (2017) constatam que os gestores das MPEs admitem que a contabilidade é extremamente relevante na gestão de seus empreendimentos, porém não a usam para tomar as decisões gerenciais. Para os autores, os micro e pequenos empresários preferem usar os seus controles internos na tomada das decisões. Dias (2010, p. 111), por sua vez, afirma que “[...] o gestor da pequena e micro empresa não observa o serviço de contabilidade como uma extensão de sua empresa, e sim como um compromisso imposto pelo governo com finalidades fiscais”.

A informação contábil, no processo de gestão da MPE, permite que o gestor tenha uma visão da situação verdadeira da empresa, possibilitando uma análise minuciosa para minimizar os riscos de prejuízos (Brandão; Oliveira; Gonçalves, 2019). Porém, ter a perspectiva real da saúde econômico-financeira só é possível se a empresa informar todas as suas transações, sem exceção, para o seu contador.

O oposto é evidenciado por Anjos et al. (2012) que, no intuito de investigar a percepção das MPEs sobre a utilidade da informação contábil para a obtenção de financiamentos, descobrem que a maioria (72%) dos gestores não repassam todos os dados de suas empresas para o seu contador.

Por seu lado, Santos, Dorow e Beuren (2016) notam que os gestores não utilizam a contabilidade na tomada de suas decisões porque, além de não ter conhecimento de sua finalidade, acreditam que esta não retrata a realidade de suas empresas. A percepção de que a situação real das empresas não é retratada pode ser consequência do não fornecimento dos dados.

No entanto, Kos et al. (2014), com a finalidade de verificar a recepção, compreensão e a utilização das informações contábeis pelos gestores das MPEs em seu processo de gestão, observam que estes não as entendem, porém as utilizam na tomada de decisão. Callado e Melo (2018) igualmente notam que os gestores das MPEs utilizam informações e ferramentas gerenciais na gestão de seus negócios, particularmente aquelas que são de natureza fiscal.

Contudo, a contabilidade não participa constante e ativamente no gerenciamento da empresa, visto que os gestores preferem gerir os seus empreendimentos e tomar suas decisões exclusivamente a partir de suas experiências passadas e intuição. Oliveira (2016) constata que, entre as ferramentas contábeis, os gestores das MPEs usam mais os controles de fluxo de caixa e de contas a receber e a pagar. A partir desse achado, a autora entendeu que a maior parte dos gestores faz uso das informações contábeis de uma forma limitada. Além disso, Oliveira (2016) observa que os gestores não percebem a contabilidade como um apoio gerencial útil e não possuem compreensão plena da linguagem contábil.

Segundo o Aziz e Utami (2019), o uso da informação contábil impacta significativamente no desempenho financeiro e organizacional das MPEs, porém os motivos que levam os gestores à sua utilização (como a obtenção de crédito e financiamento) são restritos. Similarmente Oliveira (2016), com o propósito de analisar os artefatos contábeis e sua relação com o desempenho das MPEs, observa que estes exercem uma influência relevante e positiva sobre os o desempenho das MPEs. Em outras palavras, quanto mais houver a utilização da informação contábil na gestão da empresa, melhor e maior a sua performance. (Oliveira, 2016; Shields; Shelleman, 2016).

3. METODOLOGIA DA PESQUISA

Quanto aos fins, esta pesquisa caracteriza-se como exploratória e, quanto aos meios de investigação, trata-se de uma pesquisa bibliográfica e de campo. Ela é bibliográfica porque fez uso de material divulgado em revistas científicas, redes eletrônicas e livros; em sua maioria artigos publicados em revistas nacionais e internacionais, com classificação Qualis/Capes A1, A2, B1 e B2. A pesquisa é igualmente de campo, posto que foi realizada uma verificação empírica para apreender o papel e a importância da informação contábil na visão dos gestores das MPEs do setor de serviços.

Em relação à sua abordagem, este estudo caracteriza-se como qualitativo, por se atentar ao aprofundamento da compreensão do público-alvo sobre o assunto pesquisado. A coleta de dados ocorreu por meio de entrevista individual em profundidade. Um roteiro com estrutura semiaberta foi elaborado para apoiar a condução da entrevista, com perguntas formuladas com base nos objetivos deste estudo, além de levar em consideração a revisão de literatura.

Os participantes correspondem a gestores de MPEs formais no setor de serviços na cidade de Rio de Janeiro, sem restrição de bairros onde atuam. Os critérios de inclusão dos respondentes consideraram (a) que os gestores estivessem com as suas empresas funcionando ativamente e que (b) o cálculo dos impostos a pagar fosse baseado no faturamento, o que implica na necessidade dos serviços de um contador obrigatoriamente pela Lei Geral da Micro e Pequena Empresa. Por conseguinte, o Microempreendedor Individual (MEI) foi dispensado da participação na pesquisa. Para a classificação das empresas em micro ou pequena empresa, este trabalho fez uso do critério

do Sebrae, que leva em consideração o número de funcionários existentes na organização, uma vez que este dado mostra-se mais acessível.

A seleção dos entrevistados foi feita por acessibilidade ou por conveniência, utilizando-se também a técnica de bola de neve visto que se valeu de sua rede de contatos para ter acesso aos entrevistados. De acordo com Baldin e Munhoz (2011, p. 332), a técnica de bola de neve trata-se de “uma técnica de amostragem que utiliza cadeias de referência, uma espécie de rede”.

As entrevistas ocorreram no local de trabalho dos entrevistados, no período de dezembro de 2019 a fevereiro de 2020, tendo em média 32 minutos de gravação. Todas as entrevistas aconteceram de forma pessoal, tendo sido gravadas e transcritas integralmente. Para análise dos resultados, foi considerado o método de análise de conteúdo (Bardin, 2016), cujas categorias analíticas emergiram desta pesquisa e estão apresentadas na seção de resultados e discussão, sendo elas: práticas de gestão; tomada de decisão; contabilidade nas MPEs; percepções sobre o contador; e informação contábil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Perfil dos entrevistados

Para garantir o anonimato dos entrevistados ao longo da análise dos resultados, cada um deles recebeu um código de identificação composto por dígitos, sendo uma letra “M” para microempresário ou “P” para pequeno empresário e um número que indica a ordem cronológica das entrevistas, conforme Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 - Perfil dos entrevistados

Entrevistado	Função	Tempo de atuação como gestor	Porte de Empresa	Tempo de existência da empresa	Ramo de Atividade
M1 (piloto)	G & E	20 anos	Micro	1 ano	Alimentação
M2	G & E	10 anos	Micro	2 anos	Alimentação
M3	G & E	5 anos	Micro	5 anos	Medicina do trabalho
M4	G & E	3 anos	Micro	36 anos	Lavanderia
M5	G & E	30 anos	Micro	9 anos	Serviços em computação
M6	G & E	14 anos	Micro	14 anos	Desenho industrial
M7	G & E	5 meses	Micro	5 meses	Advocacia
P1	G & E	27 anos	Pequena	27 anos	Franquia de correios
P2	G & E	5 anos	Pequena	50 anos	Ensino
M8	G & E	15 anos	Micro	15 anos	Advocacia
M9	G & E	8 anos	Micro	8 anos	Desenvolvimento de Software
M10	G & E	6 anos	Micro	6 anos	Serviços da saúde
M11	G & E	30 anos	Micro	2 anos	Alimentação

Fonte: elaborado pelos autores

Todos os respondentes são proprietários de suas empresas sendo que alguns abriram as suas empresas pessoalmente enquanto outros herdaram as suas de parentes. Quase todos os respondentes possuem ensino superior e entre os cursos, tem-se medicina, fisioterapia, computação, desenho industrial, direito, educação física, história, engenharia e administração. Isso corrobora a observação feita por Gomes (2018) sobre o gestor da MPE, que revela que este não é instruído profissionalmente para exercer o cargo. No caso das empresas, seu tempo de operação vai desde 5 meses até 50 anos, sendo a média 13 anos.

4.2 Discussão e análise por categorias

4.2.1 As práticas de gestão

Esta categoria versa sobre a capacitação dos empresários para gerenciar as suas empresas, as atividades desempenhadas no gerenciamento de seus negócios, além do uso de ferramentas gerenciais.

Os respondentes, de modo geral, não têm formação na área de gestão, não realizaram nenhum curso complementar para gerenciar as suas empresas e nem pretendem realizar, sob a alegação principal de falta de tempo. Autores como Costa (2019), Oliveira (2016) e Santos et al., (2018) também verificaram em suas pesquisas que os micro e pequenos empresários, comumente, não realizam nenhum curso específico para a gestão de seus negócios.

No que concerne à gestão eficaz de empresas, os respondentes acreditam que, em geral, ela diz respeito aos cuidados com as pessoas e com as finanças da empresa. Referente aos cuidados com as pessoas, a boa gestão implica, segundo os respondentes, dar importância às opiniões dos funcionários, além de promover a criatividade destes para o benefício da empresa. A empresária M6, por seu lado, entende a boa gestão como oferecer boas condições de trabalho aos funcionários e remunerá-los de modo justo.

Já nos cuidados com as finanças, os respondentes acreditam que a boa gestão se refere à capacidade de fazer com que uma empresa tenha boa saúde financeira. Para eles, isso consiste em ser capaz de assumir e respeitar todas as obrigações financeiras, dispor de um saldo no seu caixa, e ainda realizar investimentos. Igualmente, trata-se de ocasionar economias, não apenas nas finanças da empresa, mas também nos processos internos.

Os entrevistados não sabem especificar as atividades que executam no gerenciamento de suas empresas, apenas fazendo uma categorização entre atividades comerciais, operacionais e financeiras, porém não mais do que isso. Nota-se ainda que uma parte dos empresários confunde as atividades fins de seu negócio com as atividades gerenciais. Isso indica que costumam executar tarefas diárias e administram suas empresas sem nenhum planejamento estratégico. Neitzke e Oliveira (2014, p. 15) notam em seu estudo que, geralmente, o planejamento nas MPEs acontece

praticamente sem nenhum arcabouço e que as operações são realizadas de forma experimental, indicando a ausência de “[...] objetivos e metas de ação de curto e longo prazos”.

4.2.2 A tomada de decisão

Esta categoria apresenta as principais decisões tomadas pelos empresários nas suas respectivas empresas, retrata a base do seu processo de tomada de decisão e mostra as fontes das informações usadas.

Os entrevistados se sentem mais à vontade para tomar decisões relativas, por exemplo, ao atendimento ao cliente, à contratação de pessoal e/ou terceirização, à análise e coordenação de projetos e ao feedback aos funcionários. Por outro lado, decisões como a definição e a negociação dos valores dos serviços, a cobrança dos valores a receber dos clientes e investimentos figura entre as mais difíceis entre os entrevistados. De acordo com os empresários pesquisados, estas decisões apresentam-se árduas, uma vez que seus contextos são delicados e/ou apresentam incertezas. O empresário M9, por exemplo, considera decisões pertinentes a investimentos como difíceis, pois envolve riscos e incertezas.

Para tomar as decisões, os empresários levam em consideração fatores como, por exemplo, seu próprio bem-estar e o de sua família, o disponível no caixa da empresa e sua experiência e intuição. A presença de elementos como a experiência passada e a família corroboram com o estudo de Santos, Dorow e Beuren (2016, p. 178), que mostra que o micro e pequeno empresário se “utiliza da experiência pessoal e consulta a família para tomar decisões”. Alguns entrevistados também incluem os seus funcionários no processo decisório. Entre os empresários que adotam esta prática, nota-se que estes, geralmente, consultam os colaboradores que têm maior tempo de casa. Alguns empresários ainda levam em consideração a opinião e/ou feedback de seus clientes, quando a decisão se trata, por exemplo, de preços, novos serviços e a maneira de apresentação destes.

A integração das opiniões da famílias, dos funcionários e dos clientes no processo de tomada de decisão foi similarmente observada no estudo de D’avila et al. (2016). Todavia, os respondentes asseguram que apenas consultam estas pessoas, mas que a decisão final lhes cabe – e também a seus sócios, quando é o caso. Em relação ao tipo de informações usadas na tomada de decisão, os participantes afirmam que recorrem principalmente àquelas provenientes de resultados passados obtidos, do mercado (por exemplo, dados econômicos e financeiros) e de experiências passadas.

4.2.3 A contabilidade nas MPEs

Esta categoria apresenta os achados da pesquisa relativos às percepções dos respondentes sobre a contabilidade nas suas empresas.

Todos os respondentes terceirizam os serviços contábeis de suas empresas. Alguns motivos foram identificados como justificativa para a terceirização, como o pequeno tamanho da empresa e o fato de a contabilidade da empresa não ser uma atividade fim.

Os respondentes enxergam a contabilidade de várias maneiras. De forma geral, eles a identificam como o sistema responsável pela emissão e entrega dos impostos a pagar e indispensável pelo entendimento da legislação fiscal brasileira, considerada confusa. Além disso, percebem a contabilidade como uma atividade auxiliadora nos processos burocráticos, legais e empresariais de suas firmas que facilita o gerenciamento do negócio, disponibiliza documentos cruciais e contribui para o enquadramento fiscal da empresa. Similarmente, Alves e Goularte (2017) observaram em seu estudo que os micro e pequenos empresários preferem atribuir à contabilidade os compromissos pertinentes aos aspectos legais e fiscais de suas empresas. Segundo Faria, Azevedo e Oliveira (2012), os gestores de MPEs enxergam a contabilidade de um ângulo negativo porque os contadores os atendem apenas em assuntos relativos às obrigações fiscais e de pessoal.

Alguns empresários se referem à contabilidade como uma atividade de praxe para a operação de suas empresas. A empresária M3, por exemplo, a julga como sendo algo “chato”, sem interesse, porque consegue entender e interpretar as informações fornecidas, à exceção dos guias de impostos a pagar. A empresária M7, por outro lado, vê a contabilidade como essencial para o funcionamento de uma empresa porque através desta consegue informar-se sobre sua situação econômico-financeira e determinar áreas em que melhorias são necessárias. Nas palavras da entrevistada: “Para você avaliar uma empresa a questão contábil é fundamental. Sem isso você não tem como nem montar uma empresa, nem avaliar porque senão fica tudo muito difícil de analisar. Mas a função do contador é primordial em qualquer empresa” (M7).

Quanto às vantagens e/ou desvantagens que a contabilidade lhes proporciona, a maioria dos respondentes afirma somente usufruir de benefícios, embora alguns tenham tido dificuldade em apontá-los. Entre as vantagens citadas, tem-se o fornecimento de documentos fiscais (que incluem impostos a pagar), o conhecimento da legislação fiscal, a entrega de documentos administrativos e o controle financeiro. Observa-se que as vantagens apontadas dizem principalmente respeito ao aspecto fiscal da empresa. Esta observação condiz com os resultados achados no estudo de Moreira et al. (2013), em que os autores percebem que os micro e pequenos empresários conferem utilidade à contabilidade somente no ambiente fiscal.

Todavia, uma boa parte dos entrevistados não percebem benefícios relevantes em relação à contabilidade de suas empresas. O empresário M4, por exemplo, possui uma relação profissional conflituosa com o seu contador. Segundo o entrevistado, a atividade principal do profissional de contabilidade contratado atualmente consiste apenas em emitir guias de impostos. Afirma que o contador demora em atender às suas necessidades e, quando é atendido, sempre há erros, o que

de certa forma afeta a produtividade de sua empresa. Devido a essa experiência negativa, ele afirma não enxergar a contabilidade como vantajosa para a sua empresa.

Péssimo. Eles (o escritório contábil) só emitem boleto para eu pagar. Essa é a função deles. Hoje eu pago pra eles poderem fazer isso, boleto de pagamento dos impostos, só isso porque eles não têm acesso as minhas contas. Qualquer coisa que eu peço para eles é sempre uma dificuldade. (M4)

Outro respondente que não percebe nenhum proveito da contabilidade é o empresário M9, que afirma que não teria contratado os serviços contábeis caso não fossem exigidos pela lei. Conforme o entrevistado, sua empresa não dispõe de muitas operações, emitindo apenas duas notas fiscais por mês, o que, em sua opinião, não requereria serviços de contabilidade. Esse ponto de vista reforça a observação feita por Dias (2010) afirmando que o micro e pequeno empresário enxerga a contabilidade como uma obrigação imposta pelo governo a fim de tributá-lo e não como uma extensão de seu negócio.

Alguns empresários, senão a maioria acredita que o contador, e por consequência a contabilidade, é prescindível nas suas empresas, pois, em sua opinião, as operações executadas nelas não são complexas e, com o avanço da tecnologia, eles conseguiriam efetuar o trabalho do contador. Alguns entrevistados argumentam que suas empresas realizam poucas operações, resultando em atividades contábeis simples. Por isso, afirmam que não contratariam um profissional da contabilidade se não fosse exigido pela lei ou se tivessem uma formação em contabilidade. O empresário M5, por exemplo, sugere que, no caso das MPEs, particularmente aquelas que não possuem funcionários, o profissional de contabilidade atue da mesma forma que um advogado, sendo requerido apenas quando o empresário tiver necessidade dos seus serviços.

4.2.4 As percepções sobre o Contador

Esta categoria aborda os critérios que os empresários consideraram importantes para a contratação de um profissional de serviços contábeis, bem como o que faz com que permaneçam ou não com o profissional. A categoria também analisa a relação existente entre o contador e os respondentes.

Grande parte dos respondentes contratou os seus contadores atuais por indicação. Entende-se, nesse caso, que elementos como a eficiência do contador e a confiança nele são critérios que levam à indicação de um profissional, não havendo como o empresário confirmar esses atributos antes da contratação. Todavia outros fatores contribuíram para a contratação, entre eles a amizade ou parentesco com o profissional, convívio de longa data (no caso de quem teve outra empresa ou é herdeira), o valor cobrado dos serviços e a praticidade (localização próximo à empresa).

A maioria dos respondentes não trocou de profissional de serviços contábeis pelos mesmos motivos considerados na hora de contratá-lo. Porém, neste contexto, os atributos como

honestidade, confiança e eficácia foram confirmados pelos próprios empresários. Segundo eles, seus contadores são profissionais éticos, pois honram os seus compromissos contratuais, respeitam os prazos e fornecem informações claras e precisas. Além disso, de acordo com os entrevistados, eles entregam mais do que esperado, demonstrando a boa vontade em auxiliar e resolver as necessidades do cliente e ao longo do tempo desenvolveram um bom relacionamento. Em razão disso tudo, não houve razão para trocar o profissional de contabilidade.

Contudo, há pesquisados não satisfeitos com o serviço de contabilidade que é prestado a suas empresas mas que, não o substituem devido a certa inércia. Por exemplo, apesar de sua insatisfação e da experiência negativa que vem tendo com o seu contador, o empresário M4 não trocou de profissional por “desânimo”, pois afirmou que ficou “com preguiça de procurar outro”, como se a substituição não compensasse a necessidade de movimento para a troca. Para os respondentes que mudaram de contador, os motivos que os levaram a tomar esta decisão dizem respeito, em sua opinião, à “incompetência” do profissional ao longo do tempo e o valor pago pelos serviços.

Os entrevistados consideram que a sua relação com os profissionais de contabilidade está atualmente conveniente, uma vez que estes sempre estão a sua disposição para lhes orientar. Desta maneira, a comunicação entre estes empresários e os contadores ocorre frequentemente, podendo ser pelo menos duas a três vezes por semana para tirar dúvidas e pedir orientações acerca de assuntos administrativos e fiscais.

Por outro lado, uma minoria dos respondentes afirma que possui uma relação profissional conflituosa com os seus contadores. Um dos motivos dos conflitos trata-se do valor de serviço cobrado pelos profissionais que, conforme os pesquisados, aumenta a cada ano, apesar das operações das empresas continuarem as mesmas. Os empresários afirmam realizar poucas operações em seus estabelecimentos e acreditam que estas geram poucas atividades contábeis. Outros motivos incluem a entrega de guias de impostos em atraso, demora e falhas em atender as necessidades dos empresários e falta de pró-atividade dos profissionais. Por consequência, o contato entre estes profissionais e seus contadores é pouco frequente.

Quanto à atuação do contador dentro das empresas, os respondentes indicam que este possui um desempenho limitado ou nenhum no que concerne ao gerenciamento dos negócios. Alguns empresários, no entanto, afirmam que os contadores oferecem apoio, mas isso diz respeito a assuntos de impostos e afins. Percebe-se que os respondentes deliberadamente mantêm os contadores longe da gestão de suas empresas possivelmente porque acreditam que isso não seja da competência do profissional. Segundo Pereira, Lemes e Gonzales (2017), o motivo, também, pode ser devido ao conhecimento insuficiente dos micros e pequenos empresários a respeito da contabilidade de suas empresa, o que faz com que não tenham em mente a cooperação e/ou orientações de seus contadores nos seus processos decisórios.

De forma geral, os entrevistados não enxergam os contadores como profissionais qualificados para auxiliá-los na gestão da empresa, associando-os quase que estritamente a assuntos fiscais e legais. Stroehler e Freitas (2008) associam essa concepção dos micro e pequenos empresários ao fato de que os contadores aperfeiçoam-se nas questões fiscais em detrimento da contabilidade gerencial quando se trata das MPEs.

4.2.5 A informação contábil

Esta categoria apresenta os resultados encontrados quanto ao fornecimento e espelhamento das demonstrações contábeis aos micro e pequenos empresários participantes da pesquisa, bem como ao uso das informações contidas nestas demonstrações. A categoria ainda traz a percepção e a compreensão dos respondentes a respeito das demonstrações contábeis e da linguagem contábil.

Na opinião da maior parte dos respondentes, as demonstrações contábeis, e por consequência a informação contábil, não são necessárias para gerir as suas empresas, em geral, por terem uma empresa pequena, que acreditam não requerer muito trabalho na gestão. Segundo os mesmos, os seus controles internos já bastam para gerenciar os seus negócios. Na visão do empresário M11, por exemplo, a contabilidade só reproduz aquilo que o seu controle interno já lhe mostrou. Isso confirma o que foi encontrado por Alves e Goularte (2017) em seu estudo, de que os gestores de MPEs optam por usar os seus controles internos na tomada de decisões enquanto outorgam os encargos fiscais e legais à contabilidade.

No entanto, alguns empresários afirmam que as demonstrações são fundamentais na gestão de suas empresas por fornecerem uma visão ampla e global das transações efetuadas ao longo do ano. Além disso, as informações contábeis, na opinião dos mesmos, propiciam meios de exercer o controle e avaliar a saúde financeira da empresa.

No que diz respeito às demonstrações contábeis, apenas poucos pesquisados mencionam o Balanço Patrimonial (BP) e a Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), os quais correspondem às demonstrações contábeis obrigatórias das MPEs. O empresário P2, por exemplo, também cita a Demonstração de Fluxo de Caixa (DFC), que, no caso das MPEs, não é obrigatória. No entanto, uma grande parte dos entrevistados afirma receber as demonstrações contábeis. Observa-se, então, que estes empresários as confundem com as suas obrigações acessórias, visto que estes mencionam relatórios e/ou documentos como extrato de nota fiscal, lista de Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), Declaração de Serviços Médicos (DMED), pró-labore e folha de pagamento como sendo demonstrações contábeis. Estes relatórios tratam-se, na verdade, de obrigações acessórias que constituem “instrumentos que auxiliam o Fisco na apuração, arrecadação e fiscalização de tributos” (Soares, 2019). Os entrevistados também citam guias de impostos a pagar e Imposto de Renda (IRPJ), sendo que estes se referem às obrigações tributárias

principais da empresa. O mesmo foi observado por Moreira et al. (2013) que constataram que os gestores de MPEs em sua pesquisa consideravam guias de impostos como relatórios contábeis. Os empresários pesquisados acreditam que as informações contidas nas demonstrações e nas obrigações acessórias refletem a realidade administrativa de suas empresas, já que, segundo eles, fornecem os dados integralmente aos contadores.

Por outro lado, alguns dos participantes afirmam não receber qualquer relatório porque o contador não os entrega ou porque a empresa tem pouco tempo de existência. Um dos respondentes admite receber as demonstrações contábeis, porém ignora quais delas recebe por não ter noção do que se trata e simplesmente guardá-las assim que as recebe.

No que concerne ao uso da informação contábil, a maioria dos que recebem as demonstrações contábeis as usam para observar as contas a receber e a pagar da empresa, definir o orçamento e as provisões do ano, além de planejar as operações do mês ou ano seguinte. Os empresários também afirmam usá-las para acompanhar o fluxo de caixa, ter uma visão ampla das despesas e, por consequência, reduzi-las, e ter melhor controle sobre as suas finanças. Em contrapartida, outros respondentes não utilizam as informações contábeis por não enxergarem a necessidade porque as consideram apenas uma burocracia ou provavelmente porque elas possuem um aspecto fiscal.

As informações contábeis mais úteis na gestão consistem naquelas relativas às contas a receber e a pagar no Balanço Patrimonial e das receitas e despesas na DRE, pois estas, na visão dos respondentes, permitem observar todos os ganhos e gastos da empresa em suas categorias, o que contribui bastante na definição do orçamento e das provisões e no planejamento da redução dos desembolsos do negócio. Da mesma forma, Stroehler e Freitas (2008), em seu estudo, observaram que empresários de MPEs consideram relevantes informações relativas ao nível de faturamento, aos custos, às despesas e à margem de lucro como relevantes para a gestão de suas empresas. Alguns empresários também citam informações dos impostos como sendo úteis porque elas ajudam no acompanhamento das obrigações tributárias.

Observa-se que os pesquisados concentram a gestão de suas empresas principalmente no aumento das receitas e redução dos gastos e dos tributos. Isso decorre provavelmente do foco operacional que eles possuem, da falta de um planejamento estratégico para melhor tirar proveito dos recursos da empresa e/ou pelo do desconhecimento de que as demonstrações contábeis informam mais do que as receitas, despesas e impostos. Moreira et al. (2013) e Stroehler e Freitas (2008) relacionam a falta do conhecimento dos micro e pequenos empresários acerca da real contribuição gerencial que as informações contábeis podem ocasionar ao fato de que eles “não possuem conhecimento suficiente para avaliar a importância da contabilidade para a gestão de seus negócios”, além de valorizar muito assuntos de impostos.

Quase todos os respondentes afirmam que as demonstrações contábeis são de fácil compreensão, pois os profissionais de serviços contábeis as entregam acompanhadas de explicações detalhadas, além de fornecer esclarecimentos via contato telefônicos quando necessário. Para alguns, a compreensão é simples uma vez que verificam somente as porcentagens dos impostos. Todavia, alguns respondentes têm dificuldades de compreensão das demonstrações contábeis, considerando que contém elementos que confundem o entendimento, como por exemplo ativo, passivo e suas subclasses, além de constituir um assunto que não lhes interessa tanto.

Em relação à linguagem contábil, os respondentes, em geral, a descrevem como “enrolada”, “horrrível”, “complicada”, entre outros adjetivos que indicam falta de clareza, em razão de muitos termos técnicos serem utilizados. Neste sentido, os empresários sugerem que termos mais comuns e padronizados sejam utilizados na elaboração dos relatórios contábeis para facilitar o entendimento.

Ainda assim, alguns poucos caracterizam a linguagem contábil como sendo simples e objetiva, por terem certa vivência com ela ou por terem o auxílio mais próximo de um profissional de contabilidade para interpretá-la. O entrevistado M5, por sua vez, recorre ao uso da internet para sanar as dúvidas que tiver em relação às demonstrações contábeis.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo teve por objetivos analisar, na visão do micro e pequeno empresário do setor de serviços, o papel da informação contábil na gestão do seu negócio. Nesse sentido, observou-se que as MPEs representam uma grande parte da força motora da economia brasileira, contribuindo, por exemplo, na diminuição da taxa de desemprego, no alívio da pobreza através da distribuição de renda, entre outros. Todavia, estas empresas enfrentam dificuldades na gestão que, às vezes, as deixam num estado constante de luta pela sobrevivência. Logo, para tomar as melhores decisões em prol de suas empresas, os gestores necessitam de informações úteis e relevantes que irão servir de apoio no processo de gestão. Neste contexto, a contabilidade apresenta-se como um recurso indispensável, pois se trata, essencialmente, de um sistema de informação e análise que viabiliza informações importantes e necessárias no gerenciamento de negócios.

Nota-se, contudo, que para os gestores pesquisados, o trabalho do contador se resume à preparação e entrega de guias de tributos, e tudo aquilo relacionado aos mesmos a partir dos dados fornecidos pela empresa-cliente. Sendo assim, os micro e pequenos empresários acreditam que eles mesmos são capazes de efetuar o trabalho de seus contadores, caso a contratação dos mesmos não fosse obrigatória pela lei. Portanto, infere-se que os gestores não fazem ideia do que se trata realmente a função de um contador e, por consequência, da contabilidade. Isso faz com que não

enxerguem o propósito real da contabilidade e considerem os profissionais da contabilidade como um “mal necessário”.

No que concerne ao uso da informação contábil na gestão das MPEs, verifica-se que os empresários a colocam em segundo plano, dando preferência à intuição e à sua própria experiência nos seus processos de tomada de decisão, além de consultarem as suas famílias e/ou os funcionários para tomar as decisões, corroborando com a literatura levantada cujos resultados mostram os gestores recorrendo à experiência pessoal e à intuição nas tomadas de decisão ao invés de solicitar orientações ao profissional de contabilidade.

Constata-se ainda que grande parte dos empresários consideram todo e qualquer documento recebido de seus contadores como demonstração contábil, contemplando, desse modo, as obrigações tributárias principais e acessórias de seus negócios. Na opinião dos empresários, estas informações não são fundamentais na gestão de seus negócios, considerando que seus controles internos, como planilhas e programas, lhes fornecem as informações vitais para a tomada de decisão.

Desta maneira, entende-se que, na visão dos pesquisados, o papel da informação contábil na gestão de seus negócios trata-se unicamente de lhes proporcionar informes em relação aos recebimentos e gastos incorridos na empresa ao longo do ano. No tocante à importância dada a estas informações, destaca-se que os empresários as consideram relevantes, porém dispensáveis no gerenciamento de seus negócios, dado que têm a contabilidade como exclusivamente responsável pelo cálculo dos tributos, assimilação da legislação fiscal brasileira e pelo fornecimento de documentos para processos legais.

Esta pesquisa traz contribuições teóricas e práticas. O estudo contribui para a teoria, servindo-se de métodos qualitativos para captar as percepções dos micro e pequenos empresários do setor de serviços acerca da informação contábil, ao contrário de vários estudos previamente realizados que se valeram de métodos quantitativos e não exploraram especificamente empresas do setor de serviços. Sobre sua contribuição prática, o estudo proporciona conhecimentos sobre a visão que os empresários, em particular das MPEs, têm da contabilidade e do contador, o que pode nortear instituições, como os Conselhos de Contabilidade, no que concerne ao trabalho que vem sendo desenvolvido em relação ao papel e à valorização do profissional de contabilidade na sociedade.

Cabe citar que este estudo possui algumas limitações. Por exemplo, os resultados desta pesquisa se restringem às MPEs do setor de serviços localizadas no município de Rio de Janeiro, desconsiderando, as MPEs de outros setores na cidade, além das médias e grandes empresas. Sugere-se que futuras pesquisas sejam realizadas com MPEs de outros setores, em outras regiões, bem como com empresas de diferentes portes, além de estender o número da população de empreendimentos investigados.

REFERÊNCIAS

ALVES, S., e GOULARTE, J. **O Uso da Informação Contábil Como Instrumento de Gestão nas Micro e Pequenas Empresas do Município de Alegrete/RS**. Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade - RAGC, 5(18), p. 12–29, 2017.

ANJOS, L. C. M., et al. **Uso Da Contabilidade Para Obtenção De Financiamento Pelas Micro E Pequenas Empresas: Um Estudo a Partir Da Percepção Dos Gestores**. Revista Universo Contábil, 8(1), p. 86–104, 2012.

AYYAGARI, M., DERMIGUC-KUNT, A. e MAKSIMOVIC, V. **Small vs. Young Firms across the World: Contribution to Employment, Job Creation, and Growth**. Policy Research Working Paper 5631. The World Bank, 2011.

AZIZ, H., e UTAMI, H. **The Influence of the Use of Accounting Information and Information Technology on the Success of Business Performance: A Survey on Micro, Small and Medium Enterprises (MSMEs) of Superior Products in Banyumas Regency**. KnE Social Sciences, 3(13), p.1073–1084, 2019.

BALDIN, Nelma; MUNHOZ, Elzira M. Bagatin. **Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária**. In: Congresso Nacional de Educação (EDUCERE), 10; Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividade e Educação (SIRSSE), 1, 2011, Curitiba. Anais... Curitiba: PUCPR, 2011. p. 329–341. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/CD2011/pdf/4398_2342.pdf>. Acesso em: 9 abr. 2020.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016. 279 p. Tradução Luís Antero Reto, Augusto Pinheiro, 2016.

BRASIL. **Lei Complementar no 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Legislativo, Brasília, DF, 15 dec. 2006, Seção 1, p. 1. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm, em 20 out. 2019.

CALLADO, Antonio André Cunha; DE MELO, Wilton Alexandre. **Ferramentas e informações gerenciais em micro e pequenas empresas**. RAUnP, v. 10, n. 3, p. 53-65, 2018.

CEZARINO, Luciana O.; CAMPOMAR, Marcos Cortez. **Micro e pequenas empresas: características estruturais e gerenciais**. Revista Hispeci & Lema, v. 9, p. 10-12, 2006.

COSTA, Adilson Cunha. **Competências gerenciais e desempenho financeiro em micro e pequenas empresas**. Humanas Sociais & Aplicadas, v. 9, n. 24, 2019..

D'AVILA, Livia Castro et al. **A relação entre atores externos e estrategistas nas práticas estratégicas: um estudo exploratório em pequenas empresas**. SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis, v. 20, n. 2, p. 127-138, 2016.

DE OLIVEIRA BRANDÃO, Cláudio; DE OLIVEIRA, Michelle Batista; GONÇALVES, Antonia Maria Martins. **A dificuldade de utilização das demonstrações contábeis na gestão de micro e pequenas empresas**. REVISTA FAIPE, v. 9, n. 1, p. 18-30, 2019.

DE OLIVEIRA GOMES, Mike Ceriani. **Práticas de gestão em microempresas perante crises econômicas: um estudo de caso**. Revista Inovação, Projetos e Tecnologia, v. 6, n. 2, 2018.

DIAS, Regina Lúcia de Carvalho Januário. **A contabilidade como fonte de informação às micros e pequenas empresas do setor de serviços-um estudo no bairro da Barra da Tijuca na cidade do Rio de Janeiro no período de 2009 a 2010**. Dissertação (Mestrado em Administração e Desenvolvimento Empresarial)–Universidade Estácio de Sá, Rio de Janeiro, 2010.

EVERTON JUNIOR, A. **MPE - Avanços importantes para as micro e pequenas empresas 2017-2018**. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo, 2017.

GUIMARÃES, A., CARVALHO, K., MEDEIROS e PAIXÃO, L. **Micro, pequenas e médias empresas: Conceitos e estatísticas**. Radar, (55), 21–26, 2018.

IBGE, Coordenação de Serviços e Comércio. **As Micro e pequenas empresas comerciais e de serviços no Brasil : 2001**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003.

IBGE. **Sistema de Contas Nacionais Trimestrais (SCNT) - Tabelas Completas**, 2019. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?edicao=26147&t=resultados> em 06 dez 2019.

KOS, Sonia Raifur et al. **Compreensão e utilização da informação contábil pelos micro e pequenos empreendedores em seu processo de gestão.** Enfoque: Reflexão Contábil, v. 33, n. 3, p. 35-50, 2014.

MANSOUR, T., et al. **The Role of Small and Medium Enterprises in Economic Development, Case of Egypt.** The International Journal of Business Management and Technology, 2(5), p. 163–173, 2018.

MOREIRA, R., et al. **A importância da informação contábil no processo de tomada de decisão nas micro e pequenas empresas.** Revista Contemporânea de Contabilidade, 10(19), p. 119–140, 2013.

NEITZKE, A., & OLIVEIRA, R. **Um estudo dos fatores que influenciam o processo de gestão das Micro e Pequenas Empresas gaúchas.** In: Anais do 14º Congresso USP, São Paulo, 2014.

OLEIRO, W., DAMEDA, A., VICTOR, F. **O uso da informação contábil na gestão de micro e pequenas empresas atendidas pelo programa de extensão empresarial NEE/FURG.** Sinergia, 11(1), 37–47, 2007.

OLIVEIRA, M. **Instrumentos da contabilidade gerencial e sua contribuição para o desempenho em micro e pequenas empresas: um estudo com gestores da região metropolitana de Belo Horizonte.** Dissertação de mestrado, Faculdade de Ciências Empresariais, Universidade FUMEC, Belo Horizonte, 2016.

OLIVEIRA, N. **Micro e pequenas empresas: Desafios, oportunidades e mecanismos de sobrevivência.** In: Anais do Congresso Internacional de Administração, Natal, set. 2016, p. 1–12, 2016.

PEREIRA, J., LEMES, V., & GONZALES, A. **Os novos desafios da contabilidade para Micros e Pequenas Empresas: Uma análise sobre as perspectivas de adaptação e a utilização da escrituração simplificada para Microempresa e Empresa de Pequeno Porte - ITG 1000.** Redeca, 4(1), p. 46–6, 2017.

SANTOS, V., DOROW, D. R., & BEUREN, I. M. (2016). **Práticas gerenciais de Micro e Pequenas Empresas.** Revista Ambiente Contábil, 8(1), 153–186.

SANTOS, V., et al. **Uso dos Instrumentos de Contabilidade Gerencial em Pequenas e Médias Empresas e seu Fornecimento pelo Escritório de Contabilidade.** Pensar Contábil, 20(71), p. 53–67, 2018.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Brasília: Sebrae, 2014.

_____. **Anuário do trabalho nos pequenos negócios: 2016 (9ª ed.).** São Paulo, 2016. Disponível em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20nos%20Pequenos%20Neg%C3%B3cios%202016_.pdf em 08 jan 2020.

_____. **Perfil das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.** Brasília: Sebrae, 2018.

_____. **Sobrevivência das empresas no Brasil.** Brasília: Sebrae, 2018.

SEBRAE, Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas; DIEESE, Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa: 2013 (6ª ed.).** Brasília, 2013. Disponível em https://m.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/Anuario%20do%20Trabalho%20Na%20Micro%20e%20Pequena%20Empresa_2013.pdf em 01 abr 2019.

SHIELDS, J., & SHELLEMAN, J. M. **Management Accounting Systems in Micro-SMEs.** The Journal of Applied Management and Entrepreneurship, 21(1), 19–31, 2016.

STROEHER, A., FREITAS, H. **O uso das informações contábeis na tomada de decisão em pequenas empresas.** Revista RAUSP-e, 1(1), p. 1–33, 2008.

WANG, Y. **What are the biggest obstacles to growth of SMEs in developing countries? – An empirical evidence from an enterprise survey.** Borsa Istanbul Review, 16(3), p. 167–176, 2016.